

25
A N O S

Finanças & Controle

UNACON Sindical

Informativo da Carreira de Finanças e Controle



Diálogo

Ministro defende democratização no acesso aos postos de direção

Para considerar a meritocracia nos critérios de preenchimento de cargos, Valdir Moysés pretende implementar ferramenta para mapear o perfil e a expectativa dos servidores

Campanha Salarial 2015

Lançamento é marcado por unidade e força dos servidores

Imposto de renda

Saiba como informar o recebimento de precatórios

Linha do Tempo

Conheça a trajetória do anteprojeto de nomenclatura e atribuições

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Márcia Uchôa

Vice-Presidente

Daniel Lara

Secretário Executivo

Filipe Leão

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Estevam Henrique Silveira Barbosa

Diretor de Filiados

Júlio Possas

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

(Efetivos) João Wagney Pereira dos Santos - Laura Márcia de Souza Lima Safi - Maria da Conceição Geraldo (Suplentes) José Osmar Monte Rocha - Jari Bellaver Monteiro - Conselho de Ética Nacional

Conselho de Ética Nacional

Gilberto Ricardi

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa - Arivaldo Pereira Sampaio - Frederico Carlos Jans - Godofredo da Silva Neto - José Marcos dos Santos - Manoel Messias de Jesus - Patrícia Gebrim - Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adalto Erdmann de Almeida - PR, Ademar da Câmara Junior - TO, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, André Dantas dos Santos - BA, André Gustavo de Medeiros Simões - PB, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Antônio José das Silva - RN, Antônio Roberto da Silva - SC, Armando Gonçalves Mendes de Carvalho - MA, Carlos Gil Lopes Rodrigues - RJ, Carlos Renato Corrêa Leite - RS, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Augusto Calzado Gomes - RO, Luiz Roberto de Melo Machado - MS, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Reonauto da Silva Souza Júnior - SE, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Tiago Lopes Teixeira - MG, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical
Jornalista Responsável: Nayara Young (9.397/DF)
Estagiária: Juliana Martins
Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly
Fotos: Nayara Young e Juliana Martins
Tiragem: 5 mil

Unacon Sindical
CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF
CEP: 70753-530
Fone: (61) 2107-5000
E-mail: unacon@unacon.org.br



4

CGU em foco

DEN pede que CGU se pronuncie a respeito de acusação feita por jornal



5

STN em foco

Atividades celebram os 29 anos da Secretaria do Tesouro Nacional



6

Linha do Tempo

Conheça a trajetória do anteprojeto de nomenclatura e atribuições



8

Diálogo

Ministro defende democratização no acesso aos postos de direção



11

Atuação

Sindicato reforça encaminhamentos à DGI



12

Campanha Salarial 2015

Lançamento é marcado por unidade e força dos servidores



14

Imposto de Renda

Saiba como informar o recebimento de precatórios



19

Notas



Fale conosco **(61) 2107-5000**

Setor	Opção	Ramal
Filiação e atualização de cadastros	1	48
Convênio e curso de idiomas	2	38
Ações coletivas Torreão Braz	3	18; 38
Núcleo Jurídico e Ações individuais	4	25; 26
Comunicação	5	29; 33

Central telefônica

O atendimento telefônico do Unacon Sindical está sendo realizado por meio de Unidade de Resposta Audível (URA). A adoção do sistema tem como objetivo facilitar a comunicação de quem liga para o Sindicato. Ao selecionar uma das cinco opções de serviço apresentadas pela mensagem eletrônica, o filiado será automaticamente transferido para o setor responsável. Confira as opções disponíveis na imagem ao lado.



Tensão política, arrocho fiscal e campanha salarial

O ano começa sob forte tensão política e rigoroso ajuste fiscal. Desde janeiro, trabalhadores se mobilizam em todo o país a fim de evitar que recaia sobre a classe a conta de um arrocho que já ultrapassa R\$ 110 bilhões, mas que ainda pode crescer. Os cortes realizados até agora foram tão drásticos que afetaram áreas sensíveis como educação, saúde e programas sociais. Além disso, o aumento de tarifas e do preço dos combustíveis onera, sobretudo, o bolso dos assalariados.

A queda expressiva de popularidade da presidenta Dilma logo no início do segundo mandato é um recado firme da população, que se sentiu traída com as medidas de austeridade fiscal. De fato, a restrição de direitos imposta pelas MP's nº 664 e 665/2014 deteriorou a relação com trabalhadores do setor público e privado, pois, sem qualquer diálogo, o governo limitou a concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, seguro desemprego e pensão por morte.

Ademais, os desdobramentos da Operação Lava-Jato vêm desgastando ainda mais a imagem do governo, pois não basta arguir a antiguidade do esquema de desvios para eximir-se da responsabilidade por 12 anos de ausência de ações efetivas no combate à corrupção nas estatais. Também aqui a corda arrebenta no lado mais fraco: com a falta de pagamento da Petrobrás às empreiteiras e, destas, a terceirizadas, milhares de trabalhadores estão sem receber seus salários.

Some-se a isso o fato de o governo federal estar sob forte pressão parlamentar, com uma base de apoio rachada no Congresso Nacional e, também, o assanhamento de veículos de mídia e segmentos da sociedade que entoam loas ao impedimento da presidenta, e teremos uma imagem mais clara do cenário político atual, em franca ebulição.

E foi justamente nesse contexto que lançamos a campanha salarial de 2015 dos servidores federais, o que ocorreu em ato público em frente ao Ministério do Planejamento, no dia 25 de fevereiro, conforme matéria desta edição. Por óbvio, o quadro retratado vai exigir, como já era esperado, muita unidade e luta dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle.

Boa leitura!

Rudinei Marques,
presidente do Unacon Sindical



na mídia

AGÊNCIA BRASIL

25 de fevereiro

Em entrevista, Marques defende a negociação dos itens que compõe a pauta unificada da campanha salarial. "Sem carreiras estimuladas não se faz um serviço público de qualidade"

CORREIO BRAZILIENSE

25 de fevereiro

Veículo destaca o evento de lançamento da Campanha Salarial de 2015

RADIO AGÊNCIA NACIONAL

25 de fevereiro

Reportagem informa que a principal reivindicação dos servidores é o reajuste salarial de 27,3%. O índice é baseado nas perdas inflacionárias

CONGRESSO EM FOCO

24 de fevereiro

No artigo "Corrupção nas estatais", Filipe Leão apresenta contraditórios à proposta de criação de uma secretaria na CGU para fiscalização das empresas estatais

O GLOBO

10 de janeiro

Veículo aponta tentativa da CGU de limitar punições às empreiteiras envolvidas em fraudes na Petrobras

ESTADÃO

8 de janeiro

Novo ministro da CGU anuncia criação de setor para fiscalização de estatais. Decisão foi impulsionada pelo esquema de corrupção na Petrobrás



Marcelo Rubartelly

DEN pede que CGU se pronuncie a respeito de **acusação feita por jornal**

Por meio de nota, órgão garantiu que nunca propôs acordo ao MPF com o objetivo de limitar punições a empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato

Notícia do jornal "O Globo" causou desconforto na carreira de Finanças e Controle. Na matéria publicada no dia 10 de janeiro, o veículo acusou a secretaria-executiva da Controladoria-Geral da União (CGU) de tentar limitar punições às empreiteiras envolvidas em fraudes na Petrobras. Por meio do ofício nº 31/2015, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) cobrou esclarecimentos.

"(...) à luz do aludido espírito republicano, motivo de orgulho de cada um dos servidores da Carreira de Finanças e Controle, sem julgamento prévio, mas com o dever de transparência que caracteriza os órgãos de controle, solicitamos que sejam prestados, célere

e detalhadamente, todos os esclarecimentos que o caso requer, tanto ao quadro funcional, quanto à sociedade em geral", reza trecho do documento protocolado no dia 13.

Por meio de nota publicada no dia 22, a CGU garantiu que nunca propôs acordo ao Ministério Público Federal (MPF) com o objetivo de limitar punições a empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato.

"A CGU ressalta que a sua atuação relativa a esse assunto tem se pautado pelo estrito cumprimento dos instrumentos legais e pela atuação técnica e autônoma do órgão – postura adotada pela Controladoria em todas as suas atividades e também pelos demais

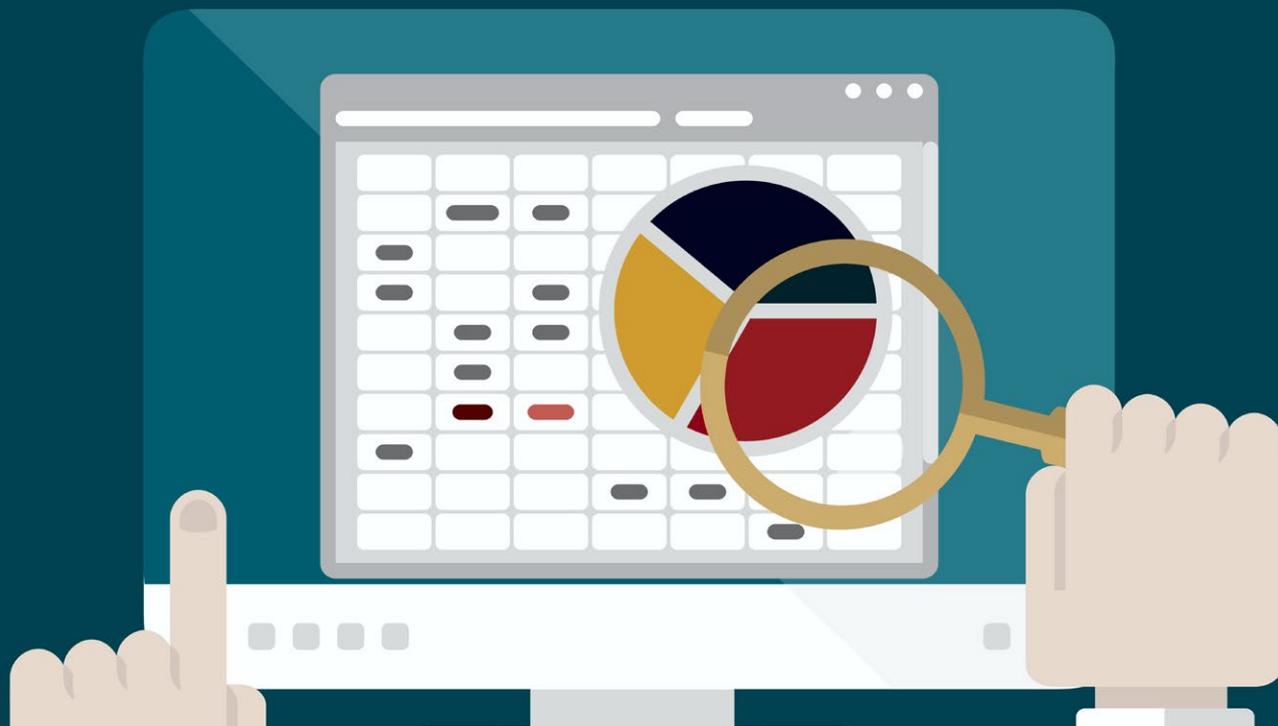
órgãos de controle nas atividades desempenhadas para a defesa do Estado brasileiro", reza trecho da nota.

O órgão admitiu que procurou o MPF, mas "para consultar se havia interesse do órgão em participar de possíveis acordos de leniência que venham a ser firmados pela Controladoria, de forma individual, com as empreiteiras".

A nota de esclarecimento teve mais de 500 acessos no Site do Sindicato, até o fechamento desta edição. ●



Confira a íntegra da nota de esclarecimento no link: <http://migre.me/opU3l>



Atividades celebram os 29 anos da **Secretaria do Tesouro Nacional**

Planejada por servidores da Casa, programação inclui o lançamento do novo site do Tesouro Direto e da nova intranet

Criada em 10 de março de 1986, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) comemora, neste ano, 29 anos de instituição. Para celebrar a data, Comissão formada por servidores da Casa programou uma série de atividades, entre elas, o Seminário de Política Fiscal e o lançamento do novo site do Tesouro Direto. O coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional, Vinícius Neiva, integra a Comissão. Ele destaca que a criação da STN modernizou a gestão das Finanças Públicas no Brasil e parabeniza os colegas. “Os servidores do Tesouro são profissionais extremamente técnicos e dedicados, por isso são protagonistas na atuação da instituição, seja na formulação e execução da política econômica do País, ou na promoção da transparência dos gastos públicos. A todos que fazem parte desta trajetória, os meus cumprimentos”. Os eventos contam com o apoio do Unacon Sindical. ●

Confira a programação completa

10 DE MARÇO

Lançamento do novo sítio do Tesouro Direto - O portal trará novas funções proporcionando mais conforto, segurança e navegabilidade para os usuários. Detalhes sobre as principais alterações serão apresentados pelo secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive, o subsecretário da Dívida Pública, Paulo Fontoura, e representantes da BMF&BOVESPA em coletiva de imprensa, com horário a definir.

Seminário de Política Fiscal - O evento, que faz parte do Ciclo de Debates de Finanças Públicas - a ser realizado entre Março e Novembro -, vai ser ministrado pelo professor titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Jose Márcio Camargo.

Local: Miniauditório do Anexo do Ministério da Fazenda - Térreo Ala B

Horário: 15h

Inscrições: o evento é aberto, mas a lotação máxima do local é de 50 pessoas

Café da tarde - O evento visa reunir os servidores para celebrar o aniversário de 29 anos de instituição do Tesouro.

Local: Hall do anexo do Ministério da Fazenda, 1º andar

Horário: após o encerramento do Seminário

13 DE MARÇO

Lançamento da nova Intranet do Tesouro - O evento irá encerrar as comemorações. O portal, que foi redesenhado a partir de necessidades de comunicação e de informação identificadas na STN, facilitará o acesso a informações e trará mecanismos de busca mais eficientes, facilitando a recuperação de documentos, por exemplo, além de novas ferramentas, como mensagens instantâneas, gerando mais interatividade entre os servidores.

Conheça a trajetória do **anteprojeto de atribuições e nomenclatura**

Proposta tem como objetivo alterar a denominação dos cargos de Analista (AFC) e Técnico de Finanças e Controle (TFC), além de definir suas respectivas atribuições

Aprovada pela carreira em 2012, durante a realização do Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle (II Conacon), a diretriz 25, que trata da alteração da nomenclatura dos cargos de Analista (AFC) e Técnico de Finanças e Controle (TFC), deu origem ao anteprojeto de lei que, também, tem como objetivo alterar as atribuições dos cargos.

A proposta, que já foi submetida à análise do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, está parada na Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Controladoria-Geral da União (CGU) desde agosto passado.

Conheça a trajetória do anteprojeto de lei que irá redefinir as atribuições e a nomenclatura dos cargos que compõem a carreira de Finanças e Controle:

Marcelo Rubartelly

2012

7 de novembro

Servidores da carreira de Finanças e Controle aprovam, durante a realização do II Conacon, a diretriz nº25, que trata da nomenclatura dos cargos.

2013

18 de abril

Diretoria Executiva Nacional (DEN) consulta os Analistas e Técnicos de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sobre a mudança na nomenclatura dos cargos. Mais de 100 servidores participam do encontro que resultou na aprovação do encaminhamento, em



caráter de urgência, da diretriz 25 ao então secretário do Tesouro, Arno Augustin. A votação teve apenas dois votos contrários e uma abstenção.

Maio - julho

Reuniões com dirigentes da STN e Comissão de Representantes para superar impasses internos quanto à nomenclatura dos cargos.

13 de agosto

Após dirigentes da STN concordarem com uma nova consulta aos servidores, com registro em cédula durante um dia de votação, DEN se reúne com a Comissão de Representantes do Tesouro e define data para nova consulta.

22 de agosto

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) convocada pela DEN, Analistas (AFC) e Técnicos de Finanças e Controle (TFC) da STN aprovaram, com 218 votos a favor e 33 votos contrários, as mudanças previstas na diretriz 25. A votação foi realizada das 10 às 18h, ininterruptamente.

6 de setembro

Secretário do Tesouro, Arno Augustin, saúda a consulta democrática à carreira, realizada pelo Sindicato, e se compromete a iniciar de imediato a articulação junto à Controladoria-Geral da União (CGU).

2014

14 de janeiro

Após meses de trabalho conjunto entre CGU e STN, texto do anteprojeto de lei é concluído. A proposta contempla as denominações originalmente aprovadas no II Conacon e amplamente referendadas pelos interessados.

4 de abril

Secretário Federal de Controle Interno da CGU, Valdir Agapito, representando a Secretaria-Executiva da Casa, apresenta sugestões de alterações ao anteprojeto de lei, ignorando a diretriz aprovada pela carreira.

9 de abril

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) referendam a diretriz 25, aprovada em 2012. O posicionamento foi formalizado com o envio dos ofícios 42 e 47/2014 à Secretaria-Executiva da CGU.

11 de abril

Membros da Comissão de Representantes do Tesouro afirmam não admitir retrocesso na definição da nomenclatura e atribuição dos cargos de Analista (AFC) e Técnico de Finanças e Controle (TFC) já decididos pela carreira.

28 de maio

O secretário-Executivo da CGU, Carlos Higino, afirma, durante a abertura do 1º encontro do Conselho de Delegados Sindicais de 2014, que o texto do anteprojeto de nomenclatura e atribuições "já foi definido e que será disponibilizado nos próximos dias para consulta de outros órgãos".

17 de julho

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) faz ressalvas, após analisar o anteprojeto. Unacon Sindical, CGU e STN se reúnem para trabalhar no aprimoramento dos itens destacados pela PGFN. As sugestões da DEN foram formalizadas por meio dos ofícios nº 133 e 134/2014, encaminhados à CGU e à STN, respectivamente. Considerando a MP 650/2014 e julgados recentes de tribunais superiores, a DEN propôs a inclusão da exigência de nível superior para o ingresso no cargo de Técnico de Finanças e Controle (TFC).

Agosto

A versão corrigida do anteprojeto de atribuições e nomenclatura foi encaminhada pela STN para a Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da CGU.

Dezembro

Anunciada a substituição do titular da STN, o Sindicato conver- sou com Arno Augustin para firmar memoriais e deixar registrado, para o sucessor, os acordos já firmados com a categoria visando a alteração da nomenclatura e atribuições dos cargos.

2015

2 de janeiro

Em seu discurso, de posse, o ministro Valdir Simão comentou o projeto de alteração de nomenclatura e atribuições de Analistas e Técnicos de Finanças e controle: "Eu lutarei por essa aprovação".



Ministro defende **democratização no acesso aos postos de direção**

Para considerar a meritocracia nos critérios de preenchimento de cargos, Valdir Simão pretende implementar ferramenta para mapear o perfil e a expectativa dos servidores

“Precisamos apontar qual caminho o servidor tem que seguir para chegar até o topo, ao cargo de secretário Federal de Controle Interno (SFC)”. A alusão à democratização no acesso aos cargos de direção foi feita por Valdir Simão, novo ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) na primeira reunião com o Sindicato, realizada no dia 28 de janeiro. Para o ministro “qualquer estrutura que envolva controle deve ser ocupada por servidor da carreira”.

Para considerar a meritocracia nos critérios de preenchimento de cargos,



Perfil Valdir Simão

Marcelo Camargo/Agência Brasil



De perfil técnico, o novo ministro é auditor fiscal da Receita Federal há 27 anos e já ocupou a presidência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de 2005 a 2007, e novamente de 2008 a 2010.

Valdir Moysés Simão exerceu a função de secretário-executivo da Casa Civil de fevereiro a dezembro de 2014 e, nos sete meses anteriores, coordenou o Gabinete Digital da Presidência da República. De 2011 a 2013, Valdir Simão foi secretário-executivo do Ministério do Turismo.

Graduado em Direito, Simão tem especializações em Gestão de Arrecadação da Seguridade Social, Direito Empresarial e em Direção e Gestão de Sistemas de Seguridade Social. Ainda possui cursos nas áreas de direito, gestão pública e privada, planejamento estratégico e inteligência, e gerenciamento de crises.

o ministro pretende implementar ferramenta para mapear o perfil e a expectativa dos servidores. A partir desse diagnóstico, ele irá identificar possíveis candidatos aos cargos de direção e assessoramento. "Além da vontade e da qualificação técnica, a liderança é fator indispensável. A medida irá, ainda, estimular a formação contínua dos servidores. Vocês têm 100% da minha adesão nessa proposta", afirmou Valdir Simão.

O ministro esclareceu que a ferramenta não será imposta aos servidores. O encaminhamento foi proposto a partir da pauta do Sindicato.

Representaram a carreira: Rudinei Marques, Filipe Leão, Daniel Lara, Roberto Kodama – pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) –, Luiz Roberto e Edilberto Barreto – pelas regionais do Mato Grosso do Sul (Unacon/Regio-MS) e do Ceará (Unacon/Regio-CE), respectivamente. Carlos Higinio, secretário-executivo da CGU, também participou do encontro.

ATRIBUIÇÕES e TFC

"Não abrimos mão da unidade da carreira de finanças e controle". Foi assim que Marques deu início ao item de

pauta sobre o anteprojeto de lei de nomenclatura e atribuições. Valdir Simão, novamente, não se opôs e afirmou "não ver problema" com a proposta. Sugeriu, apenas, que a redação fosse melhorada na definição das competências exclusivas a cada cargo – Analista de Finanças e Controle (AFC) e Técnico de Finanças e Controle (TFC). "É preciso diferenciar melhor", recomendou. O Sindicato acatou a sugestão.

O presidente do Sindicato também pediu a inclusão, no anteprojeto, da exigência de nível superior para o cargo de TFC, sugerindo realinhamento

remuneratório a partir do cargo de Analista-Tributário. “Temos aí uma pendência com a carreira. Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, todos já conquistaram essa adequação”, lembrou.

A demanda surge de preocupação antiga da carreira com a extinção do cargo. “Até o fim de 2017, restarão apenas 43 TFCs na CGU”, informou o presidente que reforçou a cobrança pela recomposição dos quadros. “É importante, para o Sindicato, que a CGU tenha os dois cargos em atividade. Mas não podemos fechar os olhos para o enfraquecimento do TFC”, concluiu. Em nome da DEN, Marques entregou Nota Técnica que comprova a defasagem de pessoal do órgão.

Em abril de 2014, caravana de TFCs de todo o país protestou, em Brasília, contra o enfraquecimento do cargo. A reivindicação foi reconhecida como legítima pela Diretoria de Gestão Interna (DGI/CGU).

Carlos Higinio reconheceu o trabalho do Sindicato pela revitalização do cargo de TFC. “O Sindicato sempre traz pautas equilibradas, que atendem os dois cargos. Além de facilitar a interlocução na CGU, é muito bom para o clima organizacional”, explicou ao ministro.

SORTEIO DE MUNICÍPIOS

Para a DEN, eliminar o elemento surpresa da Fiscalização de Municípios a partir de Sorteios Públicos é extinguir o projeto. As alterações feitas pela CGU foram duramente criticadas pelo Sindicato. O ministro admite que é preciso agregar inteligência ao Sorteio e abre espaço para o envio de sugestões ao programa.

Ministro e Sindicato concordam que a autonomia do auditor, a priorização de atividades e a construção de radiografia com o manejo dos recursos, por município, são passos importantes na otimização do programa.

O ministro também é a favor de uma participação mais efetiva das regionais no planejamento das ações de controle.

OUVIDORIA

O Sindicato também expressou desconforto dos servidores da ouvidoria sobre a substituição do ouvidor geral. Questionado pelo Sindicato, Valdir Simão demonstrou interesse pela rápida tramitação do decreto de criação do Sistema Federal de Ouvidorias. ●

Desenvolvimento Institucional



A entidade também fez alguns pedidos, em caráter de urgência, para o desenvolvimento institucional do órgão. A atualização, seguida de consulta interna, do anteprojeto de **Lei Orgânica da CGU** é um deles. A proposta foi apresentada em 2013 ao então presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados e reencaminhada em 2014.



Também foi pedido apoio para retomar a articulação, no Congresso Nacional, pela tramitação da **Proposta de Emenda Constitucional (PEC 45/2009)**. Em setembro de 2013 a entidade cobrou a inclusão das Ouvidorias na matéria. Em parceria com o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), ainda editou e publicou mais de 5 mil exemplares de encarte explicativo sobre a PEC 45/2009.

A proposta define como essenciais à Administração Pública as funções de Ouvidoria, Controladoria, Auditoria Governamental e Correição; e indica, ainda, que estas atividades serão desempenhadas por órgãos permanentes e servidores efetivos.



Também foi cobrado **mais representatividade da CGU no Congresso Nacional**. Marques esclarece que os parlamentares ainda têm dificuldade em entender o papel do órgão. “O que não ocorre com outras carreiras que ocupam os espaços legítimos de atuação no legislativo”, explicou.



O Sindicato reivindicou assento no **Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção** e, também, **participação na reformulação da SFC**. “Por se tratar de uma área muito específica, gostaríamos de participar efetivamente desse debate e que a opinião do Sindicato, respaldada pela carreira, fosse considerada”, disse Leão.



Questionado a respeito de **eventual criação de estrutura para acompanhar as Estatais**, o ministro garantiu que “essas mudanças não vão enfraquecer a SFC, e sim, resultar em trabalho coordenado e integrado, respeitando as prerrogativas da carreira”.



Sindicato reforça encaminhamentos à DGI

DEN reapresentou os ofícios 297/2014, 250/2014 e 005/2015, no dia 8 de janeiro

Atuação a todo vapor. Sindicato e Diretoria de Gestão Interna da Controladoria-Geral da União (DGI/CGU) se reúnem na primeira semana do ano. Realizado no dia 8 de janeiro, o encontro pautou os ofícios 297/2014, 250/2014 e 005/2015. Rudinei Marques, Filipe Leão e Roberto Kodama representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) na reunião que também contou com a participação de Luciano Turin, secretário-geral da Unacon-Regional/PR.

Carla Baksys Pinto, diretora da DGI-CGU, Lorena Ferrer Cavalcanti e Simone Gama Andrade receberam as demandas. Parte delas já foi repassadas ao novo ministro, Valdir Simão. Os assuntos dizem respeito a questões pendentes, como anteprojeto de nomenclatura e atribuições, ao qual se cobrou o acréscimo de termo com exigência de nível superior para cargo de Técnico de Finanças e Controle (TFC).

Descaso. Foram tratados, ainda, problemas de infraestrutura nos estados, como a reparação de buraco no teto da regional de Boa Vista (ofício nº 005/2015). Servidores da regional de Roraima esperam desde 2011 a reparação de um buraco, causado pela chuva, no teto da repartição. O problema, denunciado há mais de um ano pelo Sindicato, no entanto, permanece sem solução.

Com a aproximação do período chuvoso na região, o diretor de Filiados da Delegacia Sindical de Roraima (Unacon-Regio/RR), André Albiani, teme piora da situação. “Durante a chuva temos que ficar atentos para evitar que as goteiras danifiquem os processos”.

Sem diárias. O ofício nº 297/2014 condena a imposição de renúncia a diárias para realização da 1ª edição do curso de pós-graduação *lato sensu* em Controle, Detecção e Repressão a Desvios de Recursos Públicos, a ser realizado em Belo Horizonte (MG).

“Entendemos que a Administração não poderia obrigar os servidores lotados fora da CGU-Regional/MG, eventualmente selecionados para o curso, a renunciarem ao pagamento de diárias e adicional de deslocamento previstos no Decreto 5.992/2006”, reza trecho do documento.

Flagrante de irregularidade. O ofício DEN 250/2014 encerra moção de repúdio ao exercício de atividades-fim por servidores que não são da carreira. O documento foi elaborado na última reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS).

Obra. O Sindicato ainda cobrou soluções para a obra de reforma na CGU-Regional/PR, a fim de não expor os servidores a riscos evitáveis. Atendendo à reivindicação, Baksys disse que a obra seria suspensa e que iria solicitar ao chefe da unidade a apresentação de alternativas que não acarretem riscos aos servidores. ●



Lançamento é marcado por **unidade e força dos servidores**

Representantes do Fórum serão recebidos pelo ministro do Planejamento no dia 20 de março, em reunião marcada pela SRT. Marques falou sobre a pauta unificada para a imprensa



Nelson Barbosa, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão não recebeu os servidores no lançamento da Campanha Salarial de 2015. O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais esperava conseguir entregar a pauta unificada na manhã do dia 25 de fevereiro, mesmo com a reunião já agendada pela Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) para o dia 20 de março. Ainda assim, a missão de divulgar os itens de reivindicação comum foi concluída com louvor. Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, explicou os principais pontos para o Correio Braziliense, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o SBT Brasília.

“Sem carreiras estimuladas não se faz um serviço público de qualidade. Esperamos que o governo apresente um percentual de reajuste”, disse Marques para a imprensa. O Fórum reivindica reajuste de 27,3% para todas as carreiras do serviço público.

O percentual tem como ponto de partida o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto de 2010 a julho de 2016, em torno de 44%, já descontados os 15,8%, em três parcelas (2013, 2014, 2015), mais ganho real de 2%.



O presidente do Unacon Sindical criticou, ainda, a ausência de uma política de recomposição das perdas salariais, passados 13 anos do governo dos trabalhadores. "É inaceitável que nada tenha sido feito depois de tanto tempo. É um desrespeito aos servidores o fato de que, depois de 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, sequer tenham sido resolvidas questões básicas como a definição de regras para a negociação coletiva, a fixação da data base e a regulamentação do direito de greve no serviço público. Chega a ser irônico o governo, pressionado pela mídia e alguns segmentos da sociedade por malfeitos na gestão, como é o caso Petrobrás e os desdobramentos da operação Lava Jato, vir a público pedir o apoio da classe trabalhadora. Não aceitaremos que recaia nos servidores públicos a conta da incompetência do Governo".

A primeira manifestação do grupo contou com mais de 200 participantes. Arivaldo Sampaio e Carlos Leite, delegado sindical pelo Distrito Federal e Delegado Sindical pelo Rio Grande do Sul (Unacon-Regional/RS), respectivamente, fortaleceram a presença da carreira de Finanças e Controle no ato. Gerardo Gama, filiado aposentado, atendeu à convocação da Diretoria

Executiva Nacional (DEN) e representou os colegas inativos.

A pauta unificada é composta por outros eixos que serão defendidos ao longo do ano, como: concurso público; aprovação da PEC 555/2006 que extingue cobrança previdenciária dos aposentados; revogação das MPs 664/2014 e 665/2014 e das que retiram direitos dos trabalhadores; transposição dos anistiados para o Regime Jurídico Único; liberdade de organização sindical nos locais de trabalho; política adequada de saúde do servidor e combate ao assédio moral e às opressões; readmissão dos temporários demitidos na greve do IBGE; regulação da jornada de trabalho de 30 horas no serviço público sem redução salarial; entre outros.

Ciclo de Gestão e Núcleo Financeiro

No dia 10 de março, as entidades que integram o Ciclo de Gestão e o Núcleo Financeiro devem apresentar a pauta salarial de 2015 para suas respectivas bases. O calendário de mobilização, com início previsto na primeira quinzena de abril, também será apreciado. Os encaminhamentos foram aprovados em reunião realizada na sede da Assecor, no dia 24 de fevereiro.

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

Além do Unacon Sindical, integram o Fórum: Andes-SN; ASSIBGE-SN; ASFOC-SN; CSP-Conlutas; CTB; CUT; Condsef; CNTSS; Fasubra, Fenasp; Fenajufe; FENAPRF; Sinait, Sinal; Sina-gências; Sinasefe; Sinasempu, Sindifisco Nacional, dentre outros. ●



Sem carreiras estimuladas não se faz um serviço público de qualidade. Esperamos que o governo apresente um percentual de reajuste"

Rudinei Marques,
presidente do Sindicato

Saiba como informar o recebimento de precatórios

%	Período	Duração total
3,17%	Janeiro/1995 a Fevereiro/2000	62 meses
28,86%	Janeiro/1993 a Junho/1998	66 meses

Precatórios ou Requisições de Pequeno Valor (RPV) devem ser lançados como valores tributáveis na Declaração de Ajuste Anual

Os valores recebidos por meio de precatórios ou requisições de pequeno valor (RPV) devem ser declarados no imposto de renda. O escritório Torreão Braz Advogados lembra que o número de meses e o período a que se refere o passivo devem ser declarados. Para servidores que tiverem saído da carreira entre "janeiro de 1995/ fevereiro de 2000" (ação dos 3,17%) e "janeiro de 1993/ junho de 1998" (ação dos 28,86%), a informação do número de meses será proporcional à permanência no posto. A declaração de honorários pagos ao escritório Torreão Braz Advogados é desnecessária. Mais informações com Francisca (2107-5018). Código de área 61.

Veja, ao lado, o passo-a-passo para a inclusão dessas informações.

1. Clicar a ficha de "Rendimentos Recebidos Acumuladamente" (RRA);
2. Fazer opção de tributação por "Exclusiva na Fonte";
3. Inserir como fonte pagadora a instituição bancária que efetuou o pagamento (Banco do Brasil ou Caixa Federal);
4. Inserir CNPJ da fonte pagadora (Banco do Brasil = CNPJ 00.000.000/0001-91; Caixa Federal = CNPJ 00.360.305/0001-04);
5. Informar como "Rendimentos Recebidos" o total do precatório ou RPV;
6. Informar como "Contr. Prev. Oficial" o valor discriminado no respectivo recibo;
7. Informar "zero" como "Pensão Alimentícia";
8. Informar como "Imposto Retido na Fonte" o valor discriminado no respectivo Recibo;
9. Informar a data do recebimento;
10. Informar o número de meses (no caso de GCG = 18; no caso de 3,17% = 62).

MP 664/2014



Entidades debatem estratégias para barrar restrição de benefícios previdenciários

Medida Provisória 664/2014, que institui as novas regras, foi repudiada por representantes dos trabalhadores em reunião realizada no dia 14 de janeiro

Em reunião conjunta realizada no dia 14 de janeiro, na sede da Anfip, em Brasília, entidades representativas dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada repudiaram a Medida Provisória 664/2014. O texto, publicado em 30 de dezembro de 2014, institui novos critérios para a concessão benefícios previdenciários, como auxílio-doença,

aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Na condição de secretário-geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, participou do encontro, que também debateu estratégias para anular os efeitos da medida.

Como resultado do encontro, as

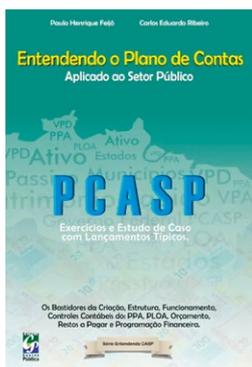
entidades vão preparar emendas para a tramitação da MP 664/2014 no Congresso Nacional, com o objetivo de anular as restrições. Já na esfera judicial, os representantes decidiram acionar os respectivos departamentos jurídicos para avaliar a possibilidade de ingressar com ação, visando suspender os efeitos da medida. ●

Lançamentos



A Editora Appris lança o livro “Conselhos do Fundeb: Participação e fiscalização no controle social da Educação”, de autoria do Analista de Finanças e Controle (AFC) Marcus Braga.

A obra discute o aprimoramento da gestão da política educacional no Brasil a partir da participação popular, tendo como cenário a atuação dos conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O exemplar pode ser adquirido pelo site www.editoraappris.com.br. ●



No dia 20 de fevereiro, a Editora Gestão Pública lançou, em Brasília, os livros “Entendendo Resultados Fiscais” e “Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público- PCASP” de coautoria do

Analista de Finanças e Controle (AFC) e atual subsecretário de Modernização da Gestão de Finanças Públicas da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, Paulo Henrique Feijó. As obras são resultados da parceria com os autores Antonio Carlos D’Ávila, Carlos Eduardo Ribeiro e Jorge de Carvalho. As obras podem ser adquiridas pelo site www.gestaopublica.com.br. ●



Serviços Jurídicos

Filiados ao Unacon Sindical também contam com assessoria jurídica nas áreas de Direito Civil, Direito Administrativo, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho e Direito Previdenciário. Pós-graduados em Direito e Processo Civil, os advogados Marcos Gouvêa e João Bilheiro atendem em horário comercial na sede do Sindicato. A consulta deve ser previamente agendada por telefone ou email. nucleojuridico@unacon.org.br | fone: (61) 2107-5012. ●



Atualização

O Sindicato ingressou com recurso da sentença da Ação Coletiva nº 6507-06.2014.4.01.3400, que trata da manutenção do regime previdenciário anterior para Analistas de Finanças e Controle empossados após a vigência da Funpresp - 4 de fevereiro de 2013 -, egressos de outros entes federativos. A decisão, apesar de favorável, restringiu o benefício aos associados ao Unacon Sindical, residentes no Distrito Federal na data da propositura da ação. Para reverter esse entendimento, o Sindicato já interpôs recurso de apelação, que será julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O objetivo é contemplar todos os servidores oriundos do serviço público estadual, distrital ou municipal. A advogada do Escritório Torreão Braz, Larissa Benevides, enfatiza que as chances de êxito são grandes e orienta que os beneficiários aguardem os desdobramentos da ação. O Escritório estuda, ainda, a propositura de uma nova ação para defender que os filiados oriundos do serviço militar tenham a data de ingresso nas Forças Armadas considerada como ingresso no serviço público, com base em julgados no STF. ●

Golpe aposentados

Estelionatários ligam para filiados aposentados e pensionistas cobrando depósito de honorários com a promessa de vantagem judicial em ações coletivas. A prática criminososa tem preocupado o Sindicato. Toda e qualquer comunicação a respeito de ações judiciais patrocinadas pela entidade é feita por meio de carta com papel timbrado do Unacon Sindical e não por meio de ligações. Lembrando também que nunca pedimos depósitos em conta corrente. Mais informações no telefone 2107-5012. Código de área 61. Falar com Francisca. ●



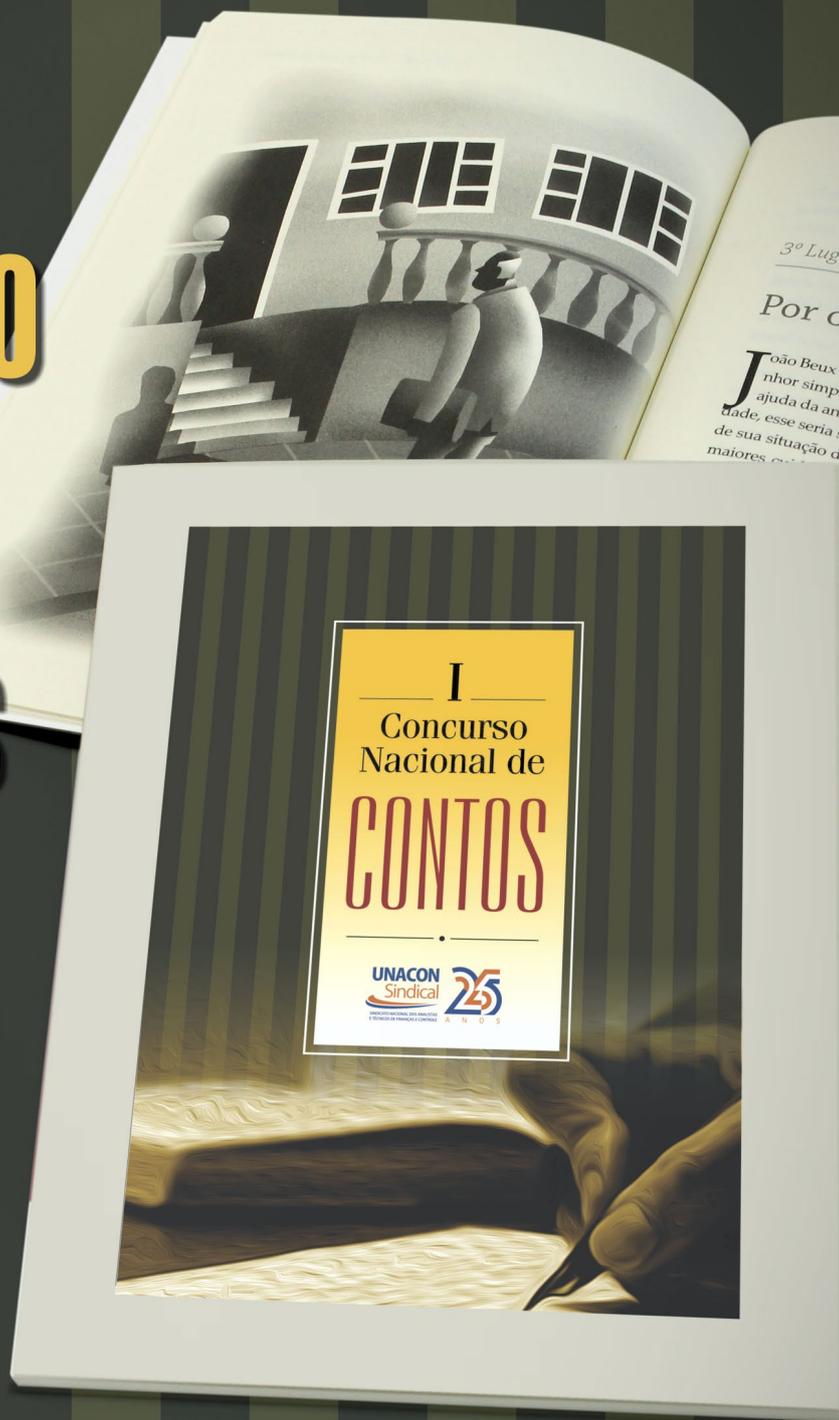
LANÇAMENTO

Livro

I Concurso Nacional de Contos

Seleção dos textos vencedores que narram momentos únicos vividos pela carreira de finanças e controle.

Informações sobre exemplares:
(61) 2107-5034



UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE